

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 755 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1998

## Ajuste fiscal é a prioridade máxima do Congresso, diz ACM

Segundo presidente do Senado, depois de examinar as medidas propostas pelo governo para enfrentar o déficit público, parlamentares devem se voltar, no ano que vem, para a apreciação da reforma política



O plenário do Senado tem uma semana de decisões importantes

### Agenda

## Senado autoriza empréstimos para gasoduto e rodovia

A construção do gasoduto Bolívia-Brasil poderá contar com empréstimo de até US\$ 60 milhões junto ao Banco Europeu de Investimento. A operação foi autorizada ontem pelo plenário, durante sessão em que os senadores também

aprovaram pedidos de financiamento para a duplicação da rodovia Fernão Dias, a interligação elétrica Norte-Sul, o saneamento do Banestes – banco estadual do Espírito Santo – e a prevenção a doenças como Aids e dengue.

PÁGINAS 2 E 3

### REFORMA POLÍTICA

## Comissão deve analisar às 11h o relatório final

A Comissão Especial da Reforma Político-Partidária deve analisar hoje, às 11h, relatório final do senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Antes, porém, os senadores promovem uma discussão acerca do financiamento das campanhas eleitorais. Esse é um dos itens sobre o qual a comissão ainda não se pronunciou. Uma proposta em discussão prevê que os partidos políticos e suas candidaturas devem receber recursos públicos.

## Plenário vota hoje fim do juiz classista

O plenário do Senado vota hoje, em primeiro turno, emenda constitucional do senador Gilberto Miranda (PFL-AM) que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho. O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), apresentou substitutivo que mantém os representantes classistas apenas nas Juntas de Conciliação e Julgamento, porém sem receber qualquer remuneração.

O projeto já foi discutido em plenário, quando recebeu emendas. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Jefferson Péres apresentou relatório sobre as emendas, aceitando apenas duas delas, uma para assegurar o cumprimento dos mandatos dos atuais juizes classistas do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas.

Votar a proposta de ajuste fiscal é “a prioridade número um do Congresso”, disse ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele acredita que será possível apreciar as medidas anunciadas pelo governo sem prejuízo de outras matérias importantes, como o Orçamento para 1999.

Para Antonio Carlos, uma das principais tarefas do Congresso no próximo ano deverá ser a reforma política. Contrário à proposta de financiamento público das campanhas eleitorais, ele defendeu a regulamentação das pesquisas eleitorais.

PÁGINA 4



Antonio Carlos é contra a proposta de financiamento público das campanhas



## Toma posse Geraldo Althoff, suplente de Vilson Kleinübing

Tomou posse ontem o senador Geraldo Althoff, do PFL-SC (à esquerda, sendo cumprimentado pelo senador Geraldo Melo). Ele é o suplente do falecido senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). Acompanhado pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Esperidião Amin (PPB-SC), o senador Geraldo Althoff fez o juramento em plenário e passa a responder pelos restantes quatro anos de mandato.

## Começa seminário sobre globalização

PÁGINA 4



# AGENDA

QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 1998

Senador Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 11h - Recebe Pedro Henrique Mariani, presidente da Associação Nacional de Bancos de Investimento
  - ▶ 11h30 - Recebe a deputada eleita Luiza Erundina
  - ▶ 12h - Recebe lideranças empresariais de São Paulo
  - ▶ 15h30 - Preside a sessão deliberativa do Senado
  - ▶ 18h30 - Recebe o governador eleito Anthony Garotinho, acompanhado da senadora Benedita da Silva
- PLENÁRIO**
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PEC nº 15/98, que trata do total da despesa com as câmaras municipais; \*PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas); e \*PDL nº 96/98, que indica Adylson Motta para ministro do TCU

### COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre factoring; e \*PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, dispondo sobre serviços notariais e de registro
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 009/95, que altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; \*PLS nº 131/96, que dispõe sobre a linguagem brasileira de sinais; e \*PLS nº 76/98, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços em programas de interesse social. Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 11h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Visita do vice-ministro de Relações Exteriores da Armênia, Armen Baibourdian. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 11h - Comissão Especial destinada a estudar a Reforma Político-Partidária. Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 15h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: Visita de Roy Maclaren, Alto Comissário do Canadá na Grã-Bretanha, ex-vice-ministro de Comércio Exterior do Canadá. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 15h - Comissão Especial destinada a verificar os efeitos produzidos pela seca no Nordeste. Sala 2 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 15h - Comissão Mista de Orçamento  
Pauta: Apresentação, discussão e votação dos PLNs nºs 26, 28, 29, 30, 32, 37/98-CN; apreciação do relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; apresentação, discussão e votação do PLN nº 33/98-CN. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

# Aprovados US\$ 265 milhões para saúde

Plenário autoriza empréstimos externos destinados à implantação de projetos de combate à Aids, tuberculose, dengue, hanseníase, malária e outras doenças

O plenário do Senado aprovou ontem dois pedidos do governo federal para tomar empréstimos no exterior, no total de US\$ 265 milhões, para aplicação em projetos de prevenção e combate à Aids, tuberculose, dengue, hanseníase, malária e outras doenças.

O primeiro financiamento, de US\$ 165 milhões, será concedido ao governo federal pelo Banco Mundial para bancar parcialmente o Projeto de Controle da Aids e das Doenças Sexualmente Transmissíveis, a ser executado pelo Ministério da Saúde.

O relator do pedido de empréstimo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Bello Parga (PFL-MA), defendeu a aprova-

ção porque o programa reduzirá a incidência de Aids entre as pessoas de alto risco, em especial as mulheres, adolescentes, populações indígenas e usuários de drogas.

Além de atuar na prevenção, o projeto quer melhorar o atendimento aos doentes e fortalecer os hospitais públicos e privados que recebem pacientes portadores de doenças transmitidas sexualmente.

### VIGILÂNCIA

O segundo empréstimo, também a ser concedido pelo Banco Mundial, no valor de US\$ 100 milhões, destina-se a bancar parcialmente o Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus), que custará ao governo, na primeira fase, US\$ 200 milhões. Esse proje-



Parga defendeu a aprovação porque programa ajudará a reduzir incidência da Aids

to, de acordo com o relator na CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), destina-se ao controle de endemias de malária, dengue, tuberculose, hanseníase, leishmaniose

e outras doenças com risco de epidemia.

Tebet lembrou em plenário, ao defender a aprovação do financiamento, que o recrudescimento de algumas doenças no Brasil mostra "a precariedade e a deterioração das condições sanitárias atuais". Por isso, afirmou, o projeto prevê a implantação de laboratórios e de instalações de vigilância sanitária, treinamento, estudos, pesquisas e assistência técnica.

Pela proposta, o Ministério da Saúde atuará junto com estados e municípios na prevenção e controle das doenças. Haverá uma parte específica para a região amazônica, para atender as populações em situação de risco.

## Patrocínio critica possível reajuste dos planos de saúde

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou apreensão com a possibilidade de os planos de saúde serem majorados em 15%. Ele fez um apelo ao ministro da Saúde, José Serra, e aos dirigentes dessas empresas



Patrocínio acha que contribuinte não deve ser penalizado

para que não prejudiquem mais uma vez o contribuinte, já na expectativa de enfrentar as medidas de ajuste fiscal do governo.

Carlos Patrocínio lembrou que, se aprovado, o plano do governo resultará no aumento da alíquota da Previdência para os ativos e inativos que ganham mais de R\$ 1,2 mil e no aumento da CPME. No seu entender, isso leva o brasileiro a pensar que "todo dia agora vai ter que pagar mais uma conta". Ele lembrou que os planos de saúde comportam um universo de adesões muito amplo, não havendo

razão para aumentar mensalidades.

Conforme o parlamentar, os técnicos do Ministério da Saúde concluíram que 8% seria o máximo permitido de aumento para não prejudicar o segurado desses planos. Carlos Patrocínio ainda argumentou que, nos Estados Unidos, os planos de saúde possuem valores bem mais baixos que os cobrados no Brasil.

Também recordou que o Senado exauriu todos os esforços no estudo dessa matéria, negociando-a para que o texto não voltasse para a Câmara, atrasando a vigência das medidas. "Essa Casa fez o que pôde para que tivéssemos planos de saúde mais consentâneos com as necessidades da população", afirmou o parlamentar.

Conforme Patrocínio, hoje é o último dia de prazo para a regulamentação da lei. Essa regulamentação, segundo ele, deverá determinar que, até 3 de dezembro de 1999, os segurados de planos de saúde inteirem-se de todas as normas para fazer um novo contrato ou até um novo tipo de plano, que deverá cobrir todas as doenças.

## Alcântara afirma que NE está sendo prejudicado

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu ontem uma discussão transparente sobre a distribuição de recursos e a política de desenvolvimento regional praticadas pelo governo federal. Alcântara disse que defendia essa discussão a partir da análise da Execução Orçamentária do País por Região e dos Empenhos Liquidados per Capita por Região e Estado, expedidos pela Comissão de Fiscalização e Controle.

Alcântara leu alguns dados constantes da tabela comparativa sobre a execução orçamentária prevista e realizada em 98, e revelou que, enquanto a região Sudeste já recebeu 71,35% dos empenhos, o Nordeste conseguiu apenas 59,47% dos recursos orçamentários a que tem direito. "Aonde está essa política de desenvolvimento regional?", questionou o senador.

Lúcio Alcântara lamentou a forma pejorativa com que a imprensa concentrada no Sudeste e Sul

do país tem divulgado a atuação dos parlamentares nordestinos na busca de recursos orçamentários para a região.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) informou que, ao viajar pelo país durante a campanha eleitoral, sentiu preconceito em relação ao Nordeste, "como se fosse um estorvo, um sugadouro, um peso para o resto do país".

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) ressaltou que a Constituição reconhece o desequilíbrio regional, uma vez que "distingue o princípio de se tratar desigualmente os desiguais, mas o Orçamento desequilibra tudo, dando mais a quem tem mais".



Alcântara repudiou preconceito da imprensa contra nordestinos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Saneamento do Banestes contará com R\$ 208 milhões

O Senado aprovou ontem, como parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, resolução que autoriza o estado do Espírito Santo a contratar financiamento no valor de R\$ 208 milhões.

Os recursos serão utilizados exclusivamente para o saneamento e a modernização tecnológica do Banco do Estado (Banestes). Em contrapartida, o estado deve assumir o passivo da fundação de seguridade do Banestes, no valor de R\$ 147 milhões, e as dívidas junto à União, de R\$ 28 milhões.

O Espírito Santo gasta cerca de 65% da sua receita com o pagamento de pessoal. Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Osmar Dias (PSDB-PR), essas despesas vêm diminuindo nos últimos anos e o estado tem se esforçado para promover um ajuste fiscal consistente.

### SANTA CATARINA

Os senadores também aprovaram na sessão de ontem resolução permitindo que o estado de Santa Catarina inclua sua dívida junto ao Instituto de Previdência estadual à operação de refinanciamento de sua dívida.

O projeto original dos senadores de Santa Catarina, Esperidião Amin (PPB), Vilson Kleinübing (PFL) e Casildo Maldaner (PMDB), modifica resolução aprovada pelo Senado este ano, que rolou as dívidas mobiliárias e contratuais do estado.

Naquela ocasião, a dívida referente ao Instituto de Previdência ficou de fora. A proposta da bancada catarinense foi aprovada com emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) adequando o projeto às regras de tramitação das autorizações de renegociação de dívidas da Resolução 78/98.

O senador Odacir Soares (PTB-RO) sugeriu que o Senado aprove medida mais abrangente, permitindo que os demais estados também incluam seus débitos com a previdência estadual nos planos de refinanciamento das dívidas.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que irá encaminhar as ponderações de Odacir à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a título de sugestão.

# Senado autoriza empréstimo para gasoduto

A subsidiária da Petrobras poderá contratar operação de US\$ 60 milhões junto ao Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial da obra que permitirá exportação de gás boliviano para o Brasil

Os senadores aprovaram ontem resolução autorizando a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil, subsidiária da Petrobras, a contratar empréstimo no valor de ECUS (Unidades Monetárias Europeias) 55 milhões até o limite de US\$ 60 milhões, junto



Durante a discussão, senadores elogiaram a construção do gasoduto, que tem inauguração prevista para dezembro

ao Banco Europeu de Investimento. O dinheiro vai financiar parte do projeto de construção do gasoduto entre os dois países.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que esse projeto é um dos mais importantes do programa Brasil em Ação, do governo federal. Segundo o senador, o cronograma de execução das obras está em dia, com previsão de inauguração para dezembro próximo.

– O país carece de fontes alternativas de energia, não poluentes, para atender à demanda da região Centro-Sul do país – disse Tebet.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Osmar Dias (PSDB-PR) considera que esse é “um empréstimo do qual o país não pode abrir mão”. Porém, Osmar fez um

reparo ao projeto de construção do gasoduto que, na sua opinião, deveria incluir um ramal que atendesse o norte do Paraná. Aquela região, segundo o senador, tem uma indústria de química fina avançada que precisa de energia.

Aproveitando a ocasião, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou a construção do gasoduto Argentina-Brasil, cujo acordo foi assinado pelo então presidente José Sarney, antes mesmo de o projeto com a Bolívia ter início. Para ele, é importante também trazer o gás argentino que pode atender aos projetos de industrialização de regiões do Sul do país.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra o empréstimo. Para ele, o endividamento externo é “cada vez mais perigoso, num momento em que a credibilidade

do país no exterior está abalada”. Apesar de acreditar que o gasoduto trará vantagens ao país, Lauro afirmou que seu posicionamento contra financiamentos internacionais é uma “norma de conduta”.

### CORREIOS

O plenário aprovou também, por unanimidade, resolução que permite a elevação temporária do limite de endividamento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com a finalidade de contratar operação de crédito no valor de US\$ 25,4 milhões junto à IBM Brasil-Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.

O empréstimo, segundo o relator da matéria na CAE, senador José Fogaça (PMDB-RS), será destinado ao financiamento do projeto Sistema de Rastreamento de Objetos, que compõe o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal.

## Interligação elétrica terá US\$ 300 milhões

A Eletrobrás poderá tomar empréstimo de US\$ 300 milhões junto ao Banco de Importação e Exportação do Japão para financiar o projeto de interligação elétrica dos sistemas Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, conforme autorização concedida ontem pelo plenário do Senado. O dinheiro bancará a construção de três novas subestações no estado do Tocantins e a ampliação de outras cinco no Maranhão, Pará, Goiás e Distrito Federal.

O relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Francelino Pereira (PFL-MG), observou que os dois sistemas elétricos respondem por 95% do consumo de energia no país, mas ainda operam separadamente. “Assim, a interligação vai garantir um sensível aumento da eficiência com a construção das três novas subestações e ampliação de outras cinco.”



Francelino Pereira confia em “sensível aumento da eficiência” após a interligação

## Duplicação de rodovia receberá US\$ 180 milhões

As obras de duplicação da rodovia Fernão Dias (Belo Horizonte-São Paulo) contarão com mais US\$ 180 milhões, financiados pelo Banco de Exportação e Importação do Japão. O plenário do Senado aprovou ontem pedido do governo federal para tomar o empréstimo e, com isso, manter o ritmo das obras. A proposta recebeu parecer favorável do relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador

Ramez Tebet (PMDB-MS).

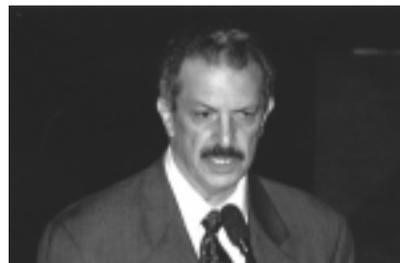
O projeto de duplicação e modernização da Fernão Dias está custando ao país US\$ 550 milhões, financiados tanto pelo Banco Interamericano quanto pelos japoneses. Do total, o estado de Minas Gerais bancará US\$ 110,3 milhões e São Paulo outros US\$ 27,2 milhões, cabendo o restante ao governo federal, através do Ministério dos Transportes.

Ao defender a votação do projeto no plenário, o senador Ramez Tebet destacou que a modernização, recuperação e duplicação da Fernão Dias irá reduzir o número de acidentes e os custos de transporte. Afirmou ainda que os investimentos serão pagos com a cobrança de pedágio na estrada. O empréstimo com o banco japonês será pago pelo governo em 20 anos.

## Promoção será mais rápida para mulher na PMDF

Os quadros de oficiais e praças femininos e masculinos da Polícia Militar do Distrito Federal serão unificados em breve. O projeto de lei de iniciativa do Executivo com essa determinação foi aprovado ontem pelos senadores e segue para sanção do presidente da República.

Segundo o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma



Romeu Tuma previu fim da discriminação contra as mulheres na Polícia Militar do Distrito Federal

(PFL-SP), o projeto acaba com a discriminação que atualmente é feita contra as mulheres nos quadros de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. Hoje, o quadro de policiais femininos é reduzido e aguarda mais tempo para promoção, enquanto os homens são promovidos regularmente.

A matéria modifica a Lei nº 6.450, de 1977, que discorre sobre a organização básica da Po-

lícia Militar do DF. O projeto é de 1996 e fixa o quadro efetivo de policiais militares femininos em 10% do total.

Com a medida, ficam extintos os quadros exclusivamente de mulheres, que serão remanejados para os Quadros de Oficiais e Praças Militares. A fusão não irá implicar qualquer despesa adicional para os cofres públicos.

# Ajuste fiscal é prioridade número um do Congresso

Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirma que os esforços devem se concentrar na votação das medidas anunciadas na última semana pelo governo, sem prejuízo da apreciação das demais matérias importantes

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que "a prioridade número um do Congresso Nacional é votar o ajuste fiscal", sem prejuízo da tramitação de projetos que exigem apreciação urgente em cada uma das Casas, como o Orçamento da União para 99.

Antonio Carlos manifestou a sua confiança na conclusão do trabalho de votação dos últimos destaques da reforma da Previdência Social pela Câmara dos Deputados. No seu en-

tender, "quem votou antes a favor das reformas votará agora também". O senador informou que também está procurando convencer "quem não votou a favor antes a votar agora, no interesse nacional".

Quando ao Senado, Antonio Carlos disse ser desejável uma apreciação da proposta de reforma política no ano que vem. Ele criticou a proposta de financiamento público das campanhas eleitorais. Segundo ele, se a idéia for adotada, "acabaremos

tendo a utilização simultânea dos financiamentos público e privado".

Antonio Carlos também defendeu a elaboração pelo Congresso Nacional de uma legislação que regulamente a produção e a divulgação de pesquisas eleitorais. O senador declarou-se contrário a qualquer proposta visando impedir a realização de pesquisas, mas disse entender a criação



ACM defende a regulamentação das pesquisas eleitorais, mas é contra financiamento público de campanhas

da CPI das Pesquisas Eleitorais, "em função de alguns resultados eleitorais do último pleito". Ele considera que "a classe política deseja a regulamentação dessas pesquisas".

A notícia de que um juiz federal do Rio de Janeiro determinou o corte dos jetons de deputados e senadores, durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional, mereceu o seguinte comentário de Antonio Carlos: "Quando a notificação chegar, será respondida".

## Melo e Josaphat abrem hoje seminário sobre globalização

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) faz hoje, às 9 horas, a palestra de abertura do seminário "Globalização", promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O evento, que se estenderá até amanhã, será aberto pelo vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

À tarde, o seminário será reaberto pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral da Comissão Mista de Orçamento. Os participantes, em mesas-redondas, discutirão, ainda, temas relacionados com a globalização financeira, países em desenvolvimento, meio ambiente e construção da cidadania diante do novo quadro

internacional.

As atividades do primeiro dia serão encerradas com exposição do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, que irá falar sobre as políticas públicas no Brasil.

O seminário será realizado das 9 às 18 horas, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, no Senado Federal. As inscrições podem ser feitas no local.

A Declaração dos Direitos do Homem e as comunicações no atual processo de globalização e a modernização dos Parlamentos do Mercosul são alguns dos assuntos que serão discutidos no segundo dia do encontro.

## Valadares vê cenário negativo para o país

As medidas do Programa de Estabilização Fiscal "não passam de um remendo" que, combinado com a manutenção dos altos juros, aponta para um "cenário dantesco, negativo para o país", disse ontem o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), citando artigo de Michael M. Weinstein publicado no jornal *The New York Times* e reproduzido por *O Estado de S. Paulo*.

O artigo, na opinião do senador, "é um libelo acusatório contra o pacote do governo Fernando Henrique, engendrado nos gabinetes do FMI e do

governo Bill Clinton". Valadares argumentou que, ao contrário do que se divulga no Brasil, as recentes medidas fiscais vão prejudicar principalmente os mais pobres. No seu entender, também é incorreto atribuir os atuais problemas brasileiros ao impacto da globalização financeira e à difusão da crise asiática ou russa.

Eles se devem a erros cometidos "aqui dentro mesmo", destacou o senador, apelando para que o governo abandone seu "comportamento dis-

cricionário, orgulhoso e prepotente", buscando o Congresso apenas quando pretende ver suas decisões homologadas.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) concordou com Valadares e salientou a "insignificância desses 30 dinheiros", referindo-se aos prováveis US\$ 30 bilhões que seriam emprestados ao Brasil pelo FMI. Pelos cálculos do senador, se do total de R\$ 304 bilhões da dívida mobiliária interna forem descontados cerca de R\$ 100 bilhões de créditos do Banco Central, restarão mais ou menos R\$ 200 bilhões a serem rolados a juros de 41% ao ano, ou seja, "82 bilhões ao ano, muito mais de 2 bilhões ao mês só em pagamento de juros".



Valadares cobra do governo uma atitude menos "prepotente"

## Ademir propõe CPI para investigar atuação dos institutos de pesquisa

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito mista, com assinaturas de 31 senadores e 188 deputados, para investigar a atuação dos institutos de pesquisa nas últimas eleições. "Conclamo os senadores a trabalharem com agilidade para que possamos punir com presteza aqueles que cometeram crime falseando a vontade do povo", disse o senador.

Na opinião de Ademir Andrade, o Ibope, que errou prognósticos no 1º e no 2º turno, "demonstra descaramento ao fazer, agora, propaganda enganosa na televisão, onde afirma ter acertado todas as pesquisas. É dever do Senado coibir esse ato de burla do povo".

O senador lembrou que os resultados das pesquisas foram bem diferentes da votação verificada no Dis-

trito Federal e em estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul e no Pará, onde ele se sentiu pessoalmente prejudicado. "Os números publicados eram sempre desfavoráveis à minha candidatura, enquanto as urnas mostraram, posteriormente, resultado muito melhor. Foi difícil enfrentar uma 'maracutaia' assim, porque todo mundo estava acreditando nas pesquisas", argumentou.

Em apartes, os senadores Leonel Paiva (PFL-DF) e Pedro Simon

(PMDB-RS) aplaudiram a criação da CPI. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos líderes partidários que designem prontamente os integrantes da comissão, possibilitando sua instalação ainda esta semana.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a CPI representa a oportunidade de se apurar por que os institutos de pesquisa erraram somente contra a oposição. "Será que a lei das probabilidades foi revogada?", perguntou.



Ademir Andrade pede punição de quem comete crime "falseando a vontade do povo"

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Unibiótica  
7h30 - UNIP - Clínica Geral/ Alfredo Salin Helito  
7h55 - Senado em Pauta  
8h - Saúde Todo Dia - Hidroginástica  
8h30 - Jornal do Senado  
8h55 - Senado em Pauta  
9h - Cores do Brasil - Dendê da Bahia  
9h30 - Entrevista - Senador Arruda  
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
12h - Cores do Brasil - Folclore Goiano  
12h30 - Entrevista - Senador Arruda  
13h - Cores do Brasil - Serra dos Órgãos  
13h30 - Agenda Econômica - Senador Arruda  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - Entrevista - Senador Arruda  
18h55 - Senado em Pauta  
19h - Cores do Brasil - Pernambuco  
19h30 - Agenda Econômica - Senador Eduardo Suplicy  
20h30 - Entrevista - Senador Arruda  
21h - Jornal do Senado  
21h15 - Abolição - 3º Capítulo

22h - Sessão Plenária (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
10h - Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Reprise da Sessão Plenária  
Em seguida - Música e informação